

CONCURSO PÚBLICO

023. PROVA OBJETIVA

ANALISTA III

ANALISTA TÉCNICO EM ARQUITETURA E URBANISMO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 40 questões objetivas, e o caderno de estudo de caso.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e estudo de caso é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de estudo de caso, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

Por que manter cotas na pós-graduação?

Deu na *Folha de São Paulo* que coletivos da USP estão furibundos com o Departamento de Filosofia, cuja pós-graduação ainda não adotou ações afirmativas em seu processo seletivo.

Não sou o maior fã das cotas raciais. Ainda estou preso a ideias como a de que as políticas públicas devem preferencialmente estar baseadas no princípio da universalidade e que, quando dirigidas a grupos específicos, devem seguir critérios objetivamente mensuráveis. Reconheço, porém, que o “Zeitgeist” (espírito da época) se enamorou da reserva de vagas para minorias e gosto do resultado que essa política produz, ainda que faça restrições ao método.

Há, contudo, um ponto que, para mim, permanece enigmático, que é a pós-graduação. Os entusiastas das cotas celebram com razão as várias pesquisas que mostraram que, na graduação, o desempenho dos alunos cotistas é tão bom quanto o dos não cotistas, às vezes até um pouquinho melhor. Diante desse diagnóstico, tenho dificuldades para entender por que a reserva de vagas deveria se estender à pós-graduação. Se a performance dos estudantes é semelhante, então uma prova de conhecimentos específicos da disciplina, que são adquiridos na graduação, torna-se um critério muito razoável para presidir ao processo seletivo.

Até acho que podemos e devemos discutir outros tipos de ação afirmativa, como uma reserva de bolsas de estudo. Frequentemente, a dificuldade dos alunos de famílias pobres é mais manter-se estudando, isto é, sem trabalhar para ajudar a pagar os boletos, do que o processo seletivo.

Desconheço os motivos que levaram o pessoal da filosofia, que, afinal, é a minha “alma mater”, a não instituir cotas raciais na pós, mas gostaria de acreditar que foi o apego à lógica.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*. 13.08.2022. Adaptado)

01. O autor do texto discute

- (A) a denúncia de estudantes sobre os critérios obscuros de acesso à pós-graduação no Departamento de Filosofia da USP.
- (B) a criação de novos mecanismos de acesso às universidades públicas que podem inviabilizar de vez as políticas afirmativas.
- (C) a urgência de universidades públicas como a USP reavaliarem a manutenção de cursos cuja finalidade prática é questionável.
- (D) a incoerência de se defenderem critérios de seleção distintos para pós-graduação a candidatos com desempenho semelhante.
- (E) a queda substancial na qualidade dos cursos de pós-graduação que passaram a ser frequentados por estudantes cotistas.

02. O autor faz referência à dificuldade dos estudantes carentes em manter-se estudando como argumento para defender a ideia de que

- (A) esse dado justifica o contrassenso de ofertar vagas de pós-graduação a alunos que tendem a abandonar os cursos no meio do caminho.
- (B) o método de acesso à graduação por meio de cotas precisa ser aprimorado antes de o benefício ser estendido à seleção da pós-graduação.
- (C) as cotas para a pós-graduação precisam ser implementadas, mas devem vir acompanhadas de outras formas de assistência aos alunos.
- (D) essa condição social resulta em baixo aproveitamento, o que justifica as cotas para inserção de alunos com tal perfil na pós-graduação.
- (E) outros tipos de ação afirmativa, como as voltadas para garantir a permanência nos estudos, também merecem ser debatidos.

03. Considere as frases:

... devem seguir critérios objetivamente **mensuráveis**. (2º parágrafo)

... torna-se um critério muito razoável para **presidir** ao processo seletivo. (3º parágrafo)

Os termos destacados são empregados, respectivamente, com sentido

- (A) próprio, de “sem possibilidade de violação”; próprio, de “assumir o controle”.
- (B) próprio, de “passíveis de serem medidos”; figurado, de “nortear”.
- (C) próprio, de “sem chance de contestação”; figurado, de “comandar”.
- (D) figurado, de “admitidos pela ciência”; próprio, de “executar”.
- (E) figurado, de “de medida acertada”; figurado, de “dar efetividade”.

04. Considere a passagem do 2º parágrafo:

Não sou o maior fã das cotas raciais. Ainda estou preso a ideias como a de que as políticas públicas devem preferencialmente estar baseadas no princípio da universalidade...

Assinale a alternativa que explicita, com uma conjunção adequada, a relação de sentido de causa que há entre as duas partes da passagem.

- (A) **Enquanto** ainda estou preso a ideias como a de que (...), não sou o maior fã das cotas raciais.
- (B) **Apesar de** ainda estar preso a ideias como a de que (...), não sou o maior fã das cotas raciais.
- (C) **À medida que** ainda estou preso a ideias como a de que (...), não sou o maior fã das cotas raciais.
- (D) **Como** ainda estou preso a ideias como a de que (...), não sou o maior fã das cotas raciais.
- (E) **Conforme** ainda estou preso a ideias como a de que (...), não sou o maior fã das cotas raciais.

05. Considere as seguintes frases do texto:

- ... cuja pós-graduação ainda não adotou **ações afirmativas**... (1º parágrafo)
- ... devem seguir **critérios objetivamente mensuráveis**. (2º parágrafo)
- ... devemos discutir **outros tipos de ação afirmativa**... (penúltimo parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas nas frases estão corretamente substituídas por formas pronominais.

- (A) não as adotou / devem segui-los / devemos discuti-los.
- (B) não as adotou / devem seguir-lhes / devemos discuti-los.
- (C) não lhes adotou / devem segui-los / devemos discutir-lhes.
- (D) não as adotou / devem seguir-lhes / devemos discutir-lhes.
- (E) não lhes adotou / devem seguir-lhes / devemos discutir-los.

Leia o texto para responder às questões de números **06 a 10**.

Opção no ensino

Inexiste solução simples e rápida para o ensino básico público no Brasil, mas registraram-se nos últimos anos iniciativas meritórias em lugares tão diversos como Ceará, Espírito Santo, Goiás e Pernambuco, que apresentam boa evolução nas avaliações do MEC. E há espaço para experimentar mais.

Nesse contexto, é bem-vinda a proposta paulistana de autorizar o terceiro setor a gerir parte das escolas municipais. Um projeto de lei com esse teor tramita na Câmara Municipal.

Pela proposta, as organizações sociais (OSs) contratadas teriam liberdade para definir projeto pedagógico e metodologias de ensino nas unidades sob sua gestão. Ganhariam autonomia também para montar a equipe de profissionais.

A utilização de OSs não é exatamente uma novidade nos domínios paulistanos. Ela é realidade há vários anos na saúde; na educação, já vem sendo usada nas creches.

São, portanto, conhecidos os riscos e as vantagens do modelo de entidades privadas sem fins lucrativos. Os contratos precisam ser fiscalizados de perto, pois há registro de abusos. É também preciso ficar atento à qualidade dos profissionais contratados.

Não se trata, obviamente, de substituir a estrutura de escolas administradas diretamente pelo município, com professores concursados, pelo terceiro setor. É meritório, isso sim, introduzir um pouco de diversidade no ecossistema. A rede oficial, como está estruturada hoje, acumula problemas.

Exemplo gritante é o absenteísmo de professores. Entre faltas abonadas e licenças médicas, cerca de 10% dos docentes deixam de comparecer a cada dia. Não se conhecem taxas nem remotamente parecidas na iniciativa privada.

Não se deve, contudo, passar um cheque em branco _____ prefeitura. É preciso que a proposta seja discutida _____ fundo pelos vereadores paulistanos e que cautelas extras sejam adicionadas ao projeto e _____ regulamentações posteriores.

(Editorial. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/06/opcao-no-ensino.shtml>. 23.06.2022. Adaptado)

06. O Editorial trata

- (A) da ausência de coordenação no campo da educação no Brasil, razão pela qual os estados apresentam resultados tão distintos.
- (B) da demanda de municípios em estados como São Paulo e Ceará por maior autonomia para implementar políticas educacionais.
- (C) da intenção do poder público paulistano de abrir espaço para o terceiro setor participar da gestão da rede municipal de ensino.
- (D) da possibilidade de o governo estadual intervir na gestão da educação municipal para sanar o problema de falta de profissionais.
- (E) da disputa entre empresas privadas por contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais à prefeitura de São Paulo.

07. Em atendimento à norma-padrão da língua, as lacunas presentes no último parágrafo do texto devem ser preenchidas com:

- (A) à ... à ... à
- (B) à ... a ... às
- (C) a ... à ... à
- (D) a ... a ... às
- (E) a ... a ... as

08. No Editorial, é defendido o ponto de vista de que

- (A) as organizações sociais podem ter papel importante na correção de problemas comumente encontrados na rede pública de ensino.
- (B) a proposta paulistana de integrar o terceiro setor à administração do ensino não deveria se estender à contratação de pessoal.
- (C) os resultados insatisfatórios da aprendizagem nas escolas municipais são consequência do quadro reduzido de profissionais.
- (D) a gestão desastrosa de creches por entidades privadas justifica a recusa na contratação dessa parceria para escolas municipais.
- (E) o alto custo com a fiscalização de contratos e dos serviços prestados inviabiliza a parceria proposta pelo município paulista.

09. No contexto do penúltimo parágrafo, exprime circunstância de modo a expressão destacada em:

- (A) **absenteísmo** de professores.
- (B) **Entre** faltas abonadas.
- (C) **cerca de** 10% dos docentes.
- (D) comparecer **a cada dia**.
- (E) nem **remotamente** parecidas.

10. Assinale a alternativa em que a frase escrita a partir do texto está em conformidade com a norma-padrão de concordância e de colocação pronominal.

- (A) Como sempre soube-se, haviam decisões da prefeitura que deviam ser submetidas ao crivo da Câmara Municipal.
- (B) Tendo revelado-se um caminho possível, cogitou-se parcerias entre a educação pública e o terceiro setor.
- (C) Jamais se imaginou que houvesse soluções fáceis para os problemas da educação pública.
- (D) Nada acrescentou-se à proposta de mudanças na gestão do ensino as quais possa ser significativa.
- (E) Obviamente esperam-se que as medidas anunciadas produzam os resultados que já fazem anos que esperamos.

11. Cinco pessoas estão em uma fila, cada pessoa usando uma camisa de cor única, sendo que duas usam vermelho, uma usa azul, uma usa cinza e uma usa branco. Cinco senhas foram distribuídas para essas pessoas, de maneira que a primeira pessoa da fila recebeu o número 1, a segunda o número 2 e assim sucessivamente até a última, que recebeu o número 5. Andréa é a primeira da fila e Bruna, que usa camisa branca, está entre Carla e Daniela. Érica, que não está de camisa azul, está na frente de exatamente duas pessoas na fila. Daniela está ao lado de alguém que usa camisa azul. Carla e Erica usam camisas de cores diferentes. A senha que Daniela recebeu e a cor de sua camisa, são

- (A) 2 e vermelha.
- (B) 3 e azul.
- (C) 3 e vermelha.
- (D) 4 e cinza.
- (E) 5 cinza.

12. Oito cartas, numeradas de 1 a 8, foram embaralhadas e colocadas em uma pilha. A carta de cima dessa pilha, ou seja, a carta que estava em cima de todas as outras, era a de número 5. Essa carta foi retirada da pilha e 5 cartas, uma por vez, foram passadas de cima da pilha para baixo da pilha, ou seja, cada carta retirada de cima da pilha ia para baixo de todas as outras cartas. Após a passagem dessas cartas, a carta de cima da pilha era a de número 8. Essa carta foi retirada da pilha e 8 cartas, uma por vez, foram passadas de cima para baixo da pilha. Uma mesma carta pode ser passada para baixo mais de uma vez durante a passagem das cartas. Esse processo continuou a se repetir com a carta de cima sendo retirada da pilha e em seguida passando de cima para baixo, uma carta por vez, um número de cartas igual ao número da última carta retirada da pilha. Se a ordem das cartas retiradas da pilha foi 5, 8, 2, 4, 3, 7, 6 e 1, na pilha formada logo após o embaralhamento, a carta que estava abaixo de todas as outras era a de número

- (A) 7.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 3.
- (E) 1.

13. Um clube tem o seguinte código de vestimenta para seus sócios:

- quem usar sunga, também deve usar touca;
- quem usar touca, não pode usar óculos escuros.
- é permitido o uso de óculos escuro e chapéu.

De acordo com o código, nesse clube não é permitido que um sócio use

- (A) touca e chapéu.
- (B) sunga e óculos escuros.
- (C) apenas touca.
- (D) apenas chapéu.
- (E) chapéu e óculos escuros.

14. Certo dia, em um restaurante, cada um dos 45 garçons atenderam um mesmo número de mesas e, para cada 20 mesas atendidas, 7 deram gorjeta. Um dos garçons recebeu gorjeta em 25 mesas e, se forem excluídas as mesas atendidas e gorjetas recebidas por esse garçom, nesse dia, para cada 77 mesas atendidas, 26 deram gorjeta. Nesse dia, o número de mesas atendidas por cada garçom foi

- (A) 56.
- (B) 49.
- (C) 42.
- (D) 35.
- (E) 28.

15. No dia 31 de janeiro de certo ano, uma imobiliária identificou que entre seus 120 corretores, alguns haviam efetuado, cada um, uma única venda no mês e que os demais não haviam feito venda alguma. No mês de fevereiro, considerando os corretores que não fizeram venda em janeiro, 20% efetuaram uma única venda e 30% efetuaram duas vendas e, considerando aqueles que fizeram vendas em janeiro, 9 corretores efetuaram uma única venda cada. Sabendo que nenhuma outra venda foi efetuada em fevereiro e que o total de vendas efetuadas no ano até esse momento era 111, o número de corretores que não haviam efetuado vendas até o fim de fevereiro era.

- (A) 35.
- (B) 40.
- (C) 45.
- (D) 50.
- (E) 55.

CONHECIMENTOS COMUNS

- 16.** Segundo a Lei nº 12.378, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, serão consideradas privativas de profissional especializado:
- (A) o treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária.
 - (B) a elaboração de orçamento de obra para inserção em projeto de arquitetura de interiores.
 - (C) elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo.
 - (D) as áreas de atuação nas quais a ausência de formação superior exponha o usuário do serviço a qualquer risco ou danos materiais à segurança, à saúde ou ao meio ambiente.
 - (E) as técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços.
- 17.** No que se refere às normas profissionais aplicáveis aos arquitetos e urbanistas, conforme previsto na Lei nº 12.378:
- (A) quando se tratar de atividade desenvolvida por mais de um arquiteto, não sendo especificados diferentes níveis de responsabilidade, todos serão considerados indistintamente coautores e corresponsáveis.
 - (B) alterações em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto em projeto como em obra dele resultante, podem ser feitas sempre que o profissional a quem couber a execução do projeto achar pertinente.
 - (C) os arquitetos e urbanistas não podem reunir-se em sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo juntamente com outros profissionais.
 - (D) para fins de comprovação de autoria ou de participação e de formação de acervo técnico, o arquiteto e urbanista deverá registrar seus projetos na Biblioteca Nacional, sediada no estado do Rio de Janeiro.
 - (E) a aprovação em exame de suficiência é condição para a obtenção do registro de arquiteto e urbanista, bem como para o exercício da profissão.
- 18.** É correto afirmar sobre os conselhos profissionais, com base na Constituição Federal, que
- (A) o seu regime jurídico de contratação de pessoal deve ser, obrigatoriamente, o celetista.
 - (B) não têm poder de polícia para fiscalizar as profissões regulamentadas, cobrar anuidades na Justiça e aplicar sanções.
 - (C) as anuidades devidas aos conselhos profissionais não constituem contribuição de natureza tributária.
 - (D) compete à Justiça Estadual processar e julgar a execução fiscal por eles promovida.
 - (E) possuem natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, predominantemente ao regime jurídico de direito público.
- 19.** Segundo a Lei nº 9.784/1999, nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os critérios de
- (A) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em ato normativo expedido pela Administração.
 - (B) impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
 - (C) interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento dos interesses da Administração.
 - (D) possibilidade de aplicação retroativa de nova interpretação sempre que for necessária ao atendimento do interesse público no entendimento da Administração.
 - (E) adoção de formas rígidas, necessárias para propiciar elevado grau de certeza e segurança.
- 20.** A respeito da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) não se aplica aos conselhos de fiscalização profissional devido à sua natureza jurídica de direito privado.
 - (B) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas é suficiente para a responsabilidade por ato de improbidade administrativa em caso de dano ao erário.
 - (C) se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado nesta lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
 - (D) não estão sujeitos às sanções desta lei os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que apenas receba subvenção de entes públicos.
 - (E) a definição de agente público contida nesta lei é estrita e admite apenas a figura dos servidores públicos e dos empregados públicos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a NBR 9050, na elaboração de projetos de espaços acessíveis, a área de transferência, espaço livre de obstáculos, a ser utilizado para transferência por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, corresponderá, no mínimo, a um
- (A) círculo com diâmetro de 1,20 m.
 - (B) círculo com diâmetro de 1,50 m.
 - (C) módulo de referência, cujas dimensões são 0,80 x 1,20 m.
 - (D) módulo de referência, cujas dimensões são 0,80 x 1,20 m, mais condições de manobra de 180°, com raio de 1,20 m.
 - (E) módulo de referência, cujas dimensões são 0,90 x 1,50 m, mais condições de manobra de 180°, com raio de 1,50 m.
22. Na contratação de projetos de edificações que serão utilizadas pelo CAU em uma unidade da Federação, pretende-se que a fase de preparação para a elaboração dos projetos arquitetônicos compreenda as etapas previstas na NBR 16636-2: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos - Parte 2: Projeto arquitetônico. Essa norma prevê que seja desenvolvida uma fase de preparação, composta pelas etapas sucessivas de levantamento de informações
- (A) preliminares (LP); estudo preliminar (EP); anteprojeto (AP); projeto básico (PB).
 - (B) do contratante e do projeto (LI-CP); programa geral de necessidades (PGN); estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA).
 - (C) do contratante e do projeto (LI-CP); estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA); anteprojeto (AP); projeto básico (PB).
 - (D) preliminares (LP); programa geral de necessidades (PGN); levantamento das informações técnicas específicas (LVIT-ARQ); estudo preliminar (EP).
 - (E) preliminares (LV-PRE); programa geral de necessidades (PGN); estudo de viabilidade do empreendimento (EVE); levantamento das informações técnicas específicas (LVIT-ARQ).
23. Na avaliação do desempenho do sistema estrutural de uma edificação existente, para fins de tomada de decisão quanto à eventual aquisição do imóvel e, em caso positivo, sua demolição ou reforma, o arquiteto responsável pela gestão do processo recebeu um parecer técnico especializado. Tal parecer identifica a presença de deslocamentos acima dos limites de norma e de fissuras em elementos estruturais e sustenta, à luz da NBR 15575, que, por conta desses deslocamentos, em partes significativas da edificação começam a ser prejudicadas a funcionalidade, utilização ou durabilidade do Sistema de Vedações Verticais Internas e Externas. Não há, ainda, rebaixamento perigoso dos níveis de segurança ou risco de colapso do sistema ou de deformações e fissuras excessivas. Tal caracterização implica que os parâmetros citados ultrapassaram o estado-limite
- (A) último.
 - (B) de ruína.
 - (C) de serviço.
 - (D) de falha estrutural.
 - (E) de deslocamentos e fissuras.
24. Os requisitos para gestão de reformas em edificações deverão ser consubstanciados, segundo a NBR 16280, em
- (A) contrato formal entre as partes, cujos termos contemplarão todos os aspectos técnicos e econômicos relevantes para a consecução de seu objeto, com ênfase na gestão de riscos associados à obra.
 - (B) plano formal de diretrizes, que contemple, dentre outros, a preservação da segurança da edificação e seu entorno, dos sistemas de segurança existentes, e contenha descrição adequada dos processos de execução das obras.
 - (C) termo de compromisso formal entre as partes, contratante e contratado, mas envolvendo também terceiras partes interessadas, em especial vizinhos potencialmente atingidos pelos efeitos negativos do processo de obra.
 - (D) ata de reunião entre contratante e contratado, na qual sejam discutidos em detalhe todos os aspectos da obra, com ênfase nos riscos envolvidos, e à qual sejam anexados projetos, memoriais, especificações e demais instrumentos relevantes.
 - (E) troca de correspondência, física ou eletrônica, devidamente documentada, na qual é apresentada proposta detalhada, com destaque para preços, prazos e medidas de gestão de risco, à qual serão anexados projetos, memoriais, planilhas orçamentárias e cronogramas de obra, e, após discussão igualmente documentada, é dada resposta escrita, à qual, se positiva, serão anexados os mesmos elementos, devidamente revisados.

25. Uma profissional diplomou-se em arquitetura e urbanismo no Brasil, estabelecendo-se profissionalmente em Curitiba-PR e exercendo ali regularmente a profissão. Como vencedora de determinada licitação pública, ela agora prestará serviços de projeto em São Paulo – Capital, colocando-se como autora de projeto frente à Prefeitura do município e devendo para isso emitir a RRT correspondente. Para que seja regular esse exercício profissional, essa arquiteta deverá
- (A) estar registrada no CAU/PR.
 - (B) transferir temporariamente o registro para o CAU/SP.
 - (C) obter visto do CAU/BR.
 - (D) estar registrada no CAU/PR, com visto do CAU/SP.
 - (E) transferir temporariamente o registro para o CAU/SP, com visto do CAU/BR.
26. O Plano Municipal de Habitação aprovado por um município brasileiro prevê a criação de um programa de prestação de serviços, por profissionais que detêm conhecimento especializado em determinados campos de atuação profissional, visando prestar auxílio com vistas a suprir necessidades técnicas para a produção de moradia da população de baixa renda residente na cidade, por meio de relação direta entre profissionais de arquitetura e engenharia e famílias interessadas em construir sua própria casa. Nos termos do glossário anexo à Resolução CAU/BR nº 21/2012, tal atividade é denominada
- (A) assessoria técnica.
 - (B) assistência técnica.
 - (C) Programa Mais Arquitetura.
 - (D) acompanhamento de projetos.
 - (E) fiscalização comunitária.
27. Considerando-se o disposto na Resolução CAU/BR nº 22/2012, para fins da fiscalização do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, bem como o disciplinamento que é objeto da Resolução CAU/BR nº 91/2014 e de legislação correlata, o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativo ao exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, é considerado um direito
- (A) e dever do arquiteto e uma proteção à sociedade.
 - (B) e dever do arquiteto, do contratante e da sociedade.
 - (C) da sociedade e dever do arquiteto e do contratante.
 - (D) do arquiteto, dever do contratante e uma proteção à sociedade.
 - (E) e dever do contratante e uma proteção ao arquiteto e à sociedade.
28. Nos termos da Resolução CAU/BR nº 28/2012, para que uma empresa possa utilizar a expressão “arquitetura” em sua razão social ou em nome fantasia, é necessário que
- (A) ela conte com um setor de arquitetura formalmente constituído, em seu organograma, encabeçado por profissional arquiteto e urbanista.
 - (B) haja, em seu corpo técnico, pelo menos um arquiteto ou uma arquiteta e urbanista com vínculo empregatício e com RRT de cargo recolhida.
 - (C) haja, pelo menos, um(a) arquiteto(a) e urbanista participe de sua composição societária.
 - (D) sua direção seja constituída paritária ou majoritariamente por arquiteto(s) e urbanista(s).
 - (E) pelo menos um(a) arquiteto(a) e urbanista integre sua direção.
29. Uma empresa contratou profissional de arquitetura por meio período, uma jornada de trabalho correspondente a quatro horas diárias, remunerada pelo salário mínimo profissional, conforme determinado pela Resolução CAU/BR nº 38/2012 e suas alterações. Posteriormente, foi formalizado aumento dessa jornada de trabalho, que passou para oito horas. De acordo com as regras estabelecidas pela mesma Resolução, o salário a ser pago, correspondente à nova jornada de trabalho, para atender ao salário mínimo profissional, será acrescido de
- (A) 100,0%.
 - (B) 112,5%.
 - (C) 125,0%.
 - (D) 166,7%.
 - (E) 212,5%.
30. De acordo com a Resolução CAU/BR nº 48/2013 e suas alterações, a pessoa jurídica registrada no CAU deverá atualizar seus dados cadastrais sempre que ocorrer alteração
- (A) no quadro de profissionais de arquitetura e urbanismo da empresa ou baixa ou substituição de responsabilidade técnica.
 - (B) em seu objeto social ou no quadro de profissionais de arquitetura e urbanismo da empresa.
 - (C) em seu ato constitutivo ou baixa ou substituição de responsabilidade técnica.
 - (D) em seu ato constitutivo ou em seu quadro de funcionários.
 - (E) em seu objeto social ou em seu quadro de funcionários.

- 31.** O Código de Ética e Disciplina do CAU/BR estabelece classes de normas de conduta relativas a diferentes obrigações do profissional – gerais, com o contratante, com os colegas e outros. Segundo esse Código, o dever de defender “o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural” constitui
- (A) uma recomendação vinculada às obrigações para com a profissão, desdobrada em um conjunto de princípios e regras.
 - (B) uma recomendação vinculada às obrigações para com o interesse público, desdobrada em um conjunto de princípios e regras.
 - (C) um princípio vinculado às obrigações para com a profissão, desdobrada em um conjunto de regras e recomendações.
 - (D) uma recomendação vinculada às obrigações para com a comunidade, desdobrada em um conjunto de princípios e regras.
 - (E) um princípio vinculado às obrigações para com o interesse público, desdobrado em um conjunto de regras e recomendações.
- 32.** Em linha com a legislação aplicável aos direitos autorais, a Resolução CAU/BR nº 67/ 2013 determina que os direitos patrimoniais relativos à autoria de um projeto correspondem aos direitos
- (A) autorais morais, que são inalienáveis e perpétuos.
 - (B) de utilizar esse projeto, que são transmissíveis e perpétuos.
 - (C) autorais morais e de utilizar esse projeto, que são inalienáveis e perpétuos.
 - (D) autorais morais, que são inalienáveis e perduram por 70 anos, contados na forma da Lei.
 - (E) de utilizar esse projeto, que são transmissíveis e perduram por 70 anos, contados na forma da Lei.
- 33.** Um profissional irá efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativo a um contrato que compreende serviços de projeto de tipologia habitacional e implantação de um conjunto habitacional, vinculado a programa de Habitação de Interesse Social (HIS) e que se enquadra em legislações vigentes correlatas às Leis Federais nº 11.124/2005, nº 11.888/2008 e nº 13.465/2017. O registro dessa atividade no CAU será efetuado por meio de um RRT
- (A) HIS.
 - (B) Social.
 - (C) Simples.
 - (D) Mínimo.
 - (E) Múltiplo.
- 34.** Ao entrar em vigor a Resolução CAU/BR nº 143, que trata dos processos ético disciplinares, em junho de 2017, as disposições nela estabelecidas deveriam ser aplicadas
- (A) somente a ocorrências registradas a partir daquela data e que dessem origem a processo ético disciplinar.
 - (B) somente aos processos abertos a partir daquela data, independentemente da data em que se registrasse a ocorrência que seria objeto do processo.
 - (C) imediatamente a todos os processos em curso, devendo ser revistos, à luz da nova regulamentação, os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência de atos normativos anteriores.
 - (D) imediatamente a todos os processos em curso, devendo ser revistos, à luz da nova regulamentação, os atos processuais já praticados, respeitado o julgamento de atos praticados sob a vigência de atos normativos anteriores.
 - (E) imediatamente a todos os processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência de atos normativos anteriores.
- 35.** O CAU/SP indicará um Analista de Arquitetura e Urbanismo de seu quadro técnico para participar de grupo de acompanhamento relativo a medidas de equacionamento dos impactos da implantação de sistema viário e obras de canalização de cursos de água em área urbana consolidada de uma cidade paulista, obras consideradas potencialmente causadoras de significativa degradação do ambiente urbano circundante. O instrumento previsto expressamente na Constituição Federal (art. 225) e que, segundo a regulamentação estadual aplicável ao caso específico, destina-se a avaliar sistematicamente as consequências consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente bem como propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias com vistas à sua implantação é o
- (A) Estudo de Impacto Ambiental – EIA.
 - (B) Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.
 - (C) Relatório de Impacto de Vizinhança – RIV.
 - (D) Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental – TAC.
 - (E) Termo de Compromisso de Compensações Ambientais – TCCA.

36. Um projeto de edificação a ser construída no Estado de São Paulo envolverá o dimensionamento de escadas que atenderão a locais com lotações diversas, inclusive locais de reunião. Pelas normas aplicáveis a espaços de circulação vertical, neste caso específico, o dimensionamento de cada uma das escadas que sejam parte de percurso caracterizado como rota de saída deverá apresentar largura mínima de
- (A) 1,20 m, correspondente a duas unidades de passagem de 0,60 m, ressalvadas exigências específicas maiores, podendo ser, conforme o caso, enclausuradas à prova de fumaça, enclausuradas protegidas ou não enclausuradas.
 - (B) 1,20 m, respeitado cálculo, em função da população, que determinará largura correspondente a um número de unidades de passagem de 0,55 m, ressalvadas exigências específicas maiores, devendo ser enclausuradas e podendo ser, conforme o caso, à prova de fumaça ou não.
 - (C) 1,20 m, respeitado cálculo, em função da população, que determinará largura correspondente a um número de unidades de passagem de 0,55 m, podendo ser, conforme o caso, enclausuradas à prova de fumaça, enclausuradas protegidas ou não enclausuradas.
 - (D) 1,10 m, correspondente a duas unidades de passagem de 0,55 m, ressalvadas exigências específicas maiores, podendo ser, conforme o caso, enclausuradas à prova de fumaça, enclausuradas protegidas ou não enclausuradas.
 - (E) 1,10 m, respeitado cálculo, em função da população, que determinará largura correspondente a um número de unidades de passagem de 0,55 m, devendo ser enclausuradas e podendo ser, conforme o caso, à prova de fumaça ou não.
37. Os dados técnicos que informarão o projeto de um prédio de escritórios de múltiplos pavimentos indicaram que, em função da altura prevista para o edifício, a altitude alcançada por seus componentes extremos supera em aproximadamente um metro a altitude máxima admitida pelas autoridades aeronáuticas para o local em que o edifício será construído. Em função do estágio adiantado de desenvolvimento do projeto, cogitam-se mudanças nos projetos de instalações prediais, desde que tenham repercussão limitada sobre os projetos da arquitetura e da estrutura, e que não impliquem em revisões radicais nos projetos das diferentes modalidades envolvidas. São medidas a considerar, nesses termos, analisando-se sua viabilidade,
- (A) a substituição do sistema de para-raios por gaiola de Faraday e a redução dos pés direitos.
 - (B) a redução dos pés direitos e a transferência da reserva de incêndio do reservatório superior para o inferior.
 - (C) a substituição do sistema de para-raios por gaiola de Faraday e a distribuição dos centros de medição de energia nos pavimentos.
 - (D) a distribuição dos centros de medição de energia nos pavimentos e a supressão da casa de máquinas do elevador, mediante adoção de tecnologia que dispensa a previsão desse compartimento.
 - (E) a transferência da reserva de incêndio do reservatório superior para o inferior e a supressão da casa de máquinas do elevador, mediante adoção de tecnologia que dispensa a previsão desse compartimento.
38. O CAU/SP submeteu a análise de seu corpo técnico próprio proposta de manutenção de elevadores por ele recebida que menciona a necessidade de revisão de dispositivos de segurança, conforme descrito a seguir, e deverá posicionar-se sobre a necessidade e urgência de se proceder a essa manutenção. A proposta descreve dois dispositivos de segurança, como segue. Quando o carro de um elevador atinge uma velocidade predeterminada, o dispositivo (i), causa a parada do elevador e, se necessário, aciona o dispositivo mecânico (ii), que serve, por sua vez, para manter travado nas guias o carro do elevador ou o contrapeso, em caso de sobrevelocidade no sentido da descida ou de ruptura da suspensão. Os dispositivos (i) e (ii) são denominados, respectivamente,
- (A) freio de segurança e para-choque.
 - (B) cadeia elétrica de segurança e para-choque.
 - (C) cadeia elétrica de segurança e amortecedor.
 - (D) limitador de velocidade e freio de segurança.
 - (E) limitador de velocidade e amortecedor.

39. No termo de referência para a contratação de serviços de projeto, definiu-se uma etapa de elaboração de um “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução”, que deverá conter, dentre outros elementos: os estudos socioambientais e do terreno e demais dados e levantamentos necessários para a execução da solução proposta; soluções técnicas suficientemente detalhadas de forma a evitar a necessidade de reformulação ou de variantes, no que diz respeito a qualidade, preço e prazo; identificação e especificação de serviços, materiais e equipamentos, visando a segurança e maximização dos resultados, sem frustrar o caráter competitivo do processo de contratação; subsídios para a montagem do plano de licitação e gestão da obra; e orçamento detalhado. Trata-se da etapa de elaboração

- (A) dos projetos, constituída pelos levantamentos preliminares, estudo preliminar de viabilidade técnica, econômica e socioambiental, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo.
- (B) dos projetos, constituída por estudo preliminar, projeto básico, projeto executivo e projetos para produção.
- (C) dos projetos, constituída por estudo preliminar, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo.
- (D) do projeto básico, a ser complementado pelo projeto executivo para que a obra receba o conjunto de elementos suficientes e necessários para sua execução.
- (E) do projeto executivo, que conterà assim todos os elementos técnicos necessários à correta execução do objeto a ser construído.

40. Dentre as ferramentas de geoprocessamento, os modelos digitais que representam as altitudes da superfície topográfica, desconsiderando as alturas de elementos geográficos existentes sobre ela, como cobertura vegetal e edificações, são denominados Modelos

- (A) Digitais de Terreno (MDT).
- (B) Digitais de Elevação (MDE).
- (C) Numéricos de Elevação (MNE).
- (D) Digitais de Superfície (MDS).
- (E) em Malha Triangular (MMT).

